



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 91/86

Ivan Gubert.

O Parágrafo Único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único- no caso do item III, o prazo é reduzido:

a) a trinta (30) anos para as mulheres e para os jornalistas profissionais, com vencimentos integrais;

b) a trinta (30) anos, para o professor, e a vinte e cinco anos para a professora, que neste tempo tenham exercido, efetivamente, funções próprias do Magistério.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA .

Apoiamento: Sabino Campos, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Nelson Buffara, Airton Cordeiro, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Edgard Pimentel, Nestor Baptista, Tércio Albuquerque, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Paulo Furiatti, Tuguio Setogutte, Rubens Bueno, Djalma de Almeida César, Jorge Maia Filho, Anibal Khury e

JUSTIFICATIVA:

O jornalista que trabalha como funcionário público no Estado do Paraná é, hoje, em alguns aspectos, um profissional de segunda classe. A ele são sonegados alguns dos mais importantes direitos conquistados pela categoria. É a aposentadoria aos trinta anos de serviço, conquista antiga já consagrada, inclusive em Lei Federal n. 3.259, de 13 de janeiro de 1959, para o restante da classe, mas ainda não vigorando para os jornalistas profissionais que trabalham em órgãos do Governo Estadual.

Trata-se, portanto, de um ajuste legal que atende à legítima reivindicação da categoria, expressada através de sua entidade sindical inúmeras vezes. A aprovação desta proposição não representa um privilégio, mas um ato de justiça, pois os jornalistas profissionais já têm este direito garantido por lei federal, e o Estado do Paraná apenas se atualizará ao estendê-lo aos seus funcionários que são jornalistas.